

Corrupção: Gestores devem ter "punição social" - Pedro Rebelo de Sousa

Lisboa, Portugal 13/03/2012 13:53

O presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IGCP), Pedro Rebelo de Sousa, defendeu hoje que a “punição social” de atos de corrupção de gestores de empresas em Portugal deveria ser uma realidade, à semelhança de outros países.

“Não é nos casos extremos que está a corrupção. É nos casos intermédios e isto é um problema de atitude, cultural e de formação que deveria merecer um escrutínio apertado e uma sanção”, disse à agência Lusa Pedro Rebelo de Sousa.

Aquele responsável falava à margem da Conferência "Corrupção - O Novo Desafio do Governance", organizado pelo Fórum de Administradores de Empresas, o IPGC - Instituto Português de Corporate Governance e a UIA – Union Internationale des Avocats, em Lisboa.

Nick Kochan, autor do recente livro "Corruption - The New Corporate Challenge" e Ludo van der Heyden, professor em Corporate Governance e Estratégia no INSEAD são dois dos oradores desta conferência que decorre hoje no auditório da Euronext Lisbon.

Questionado sobre qual a importância de se debater a corrupção numa fase de crise internacional e de recessão da economia portuguesa, Pedro Rebelo de Sousa referiu que a situação atual fez com que o IPCG agendasse para maio dois temas de fundo, a crise e a proteção social ou a reforma do Estado social.

“A corrupção combate-se com transparência e valores”, garantiu à Lusa Rebelo de Sousa, destacando que a questão da reputação é fundamental para a perceção com que se vê de fora o país e como os investidores estrangeiros o percebem.

“Só através das boas práticas do governo das empresas, da transparência, da gestão ao nível do Estado e das empresas será possível contrariar este problema”, salientou.

Segundo Pedro Rebelo de Sousa, o que está em causa em Portugal atualmente são “os valores da transparência e da ética na coisa pública e privada. Não é criando uma multiplicidade legislativa que se vai à origem do problema”, justificou.

“Sem um ato punitivo, de tipo social, não se vai lá. Há países em que os administradores são certificados e no caso de haver um ato de corrupção é-lhes retirada a licença de administrar a empresa”, concluiu.

O IPCG tem por objetivo a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance, sendo um fórum para assuntos relativos a esta temática, além de abarcar, entre outros, o desenvolvimento de boas práticas de gestão de pessoas coletivas.

JS

Lusa/Fim